



Universidades Lusíada

Ludovice, Nuno Miguel Sampaio Viola de
Drumond, 1961-

O desembarque dos príncipes D. José e D. Maria Ana Victória de Bourbon em Belém e o cortejo nupcial de aparato que se lhe seguiu em Lisboa

<http://hdl.handle.net/11067/704>

Metadados

Data de Publicação	2001
Resumo	Sumário: 1. Nota preambular, p. 249 2. Introdução, p. 251 3. As dificuldades de acostagem na zona ribeirinha ocidental, p. 257 4. Algumas reflexões conclusivas, p. 259 5. Um breve desiderato editorial, p. 264...
Palavras Chave	Frentes marítimas - Portugal - Lisboa - Século 18, Terminais marítimos - Portugal - Lisboa - Século 18
Tipo	article
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULL-FAA] LA, n. 1 (2001)

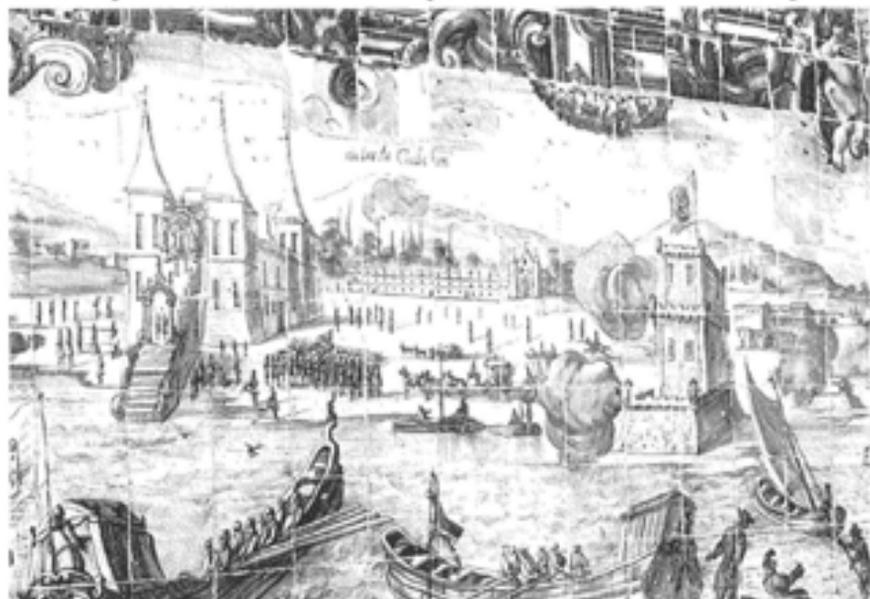
Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-22T13:27:58Z com
informação proveniente do Repositório

**O DESEMBARQUE DOS
PRÍNCIPES D. JOSÉ E
D. MARIA ANA VICTÓRIA
DE BOURBON EM BELÉM
E O CORTEJO NUPCIAL
DE APARATO QUE SE LHE
SEGUIU EM LISBOA**

NUNO DE DRUMMOND LUDOVICE
*Doutorando em Geografia e Ordenação do Território
na Universidade da Extremadura (Sevilha)*

Nota Preambular

A recente publicação de um manuscrito inédito de J. M. dos Santos Simões, com o título "*Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...*", na Revista Oceanos, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999 (pp.20-50), iniciativa levada a cabo pela Directora do Museu de Arte da Bahia – Sylvia Menezes de Athayde –, constituiu um importante contributo para o conhecimento e divulgação do valioso conjunto de silhares de azulejos¹ existentes em diferentes partes do



Travessia do Tejo entre a Aldeia Galega e Belém e o respectivo desembarque no cais do Palácio da Praia. Painel de silhar do lado Sul do claustro da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, Salvador, Bahia., J. M. dos Santos Simões, "*Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...*", In Revista Oceanos, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999, p. 28. (Fotografia de Sérgio Benutti),

convento afecto à «*Venerável Ordem Terceira da Penitência do Seráfico Padre São Francisco da Congregação da Bahia*»[Brasil]². Todavia, nesta breve introdução, faremos menção apenas ao painel contínuo existente no claustro da Igreja da referida da Ordem, que representa, em pintura cerâmica, o aparato da entrada dos príncipes D. José e de D. Maria Ana de Bourbon em Belém (Lisboa) no dia 12 de Fevereiro de 1729, após a celebração do seu casamento a 29 de Janeiro em Elvas³, celebração que constitui o tema central do presente artigo. Este conjunto azulejar reveste-se de extrema importância, dado que representa uma das fontes iconográficas mais importantes (senão mesmo a única) ligada à representação do Cortejo Nupcial dos príncipes, mostrando-nos todo o trajecto efectuado pelos soberanos, designadamente a travessia do Tejo da aldeia Galega (Montijo) a Belém, o desembarque no cais da Pedraria, e todo o percurso que posteriormente o cortejo nupcial executou, dando registo da sua passagem através de uma sucessão de vários arcos triunfais que se ergueram entre o Largo da Esperança e o Terreiro do Paço. Não obstante ser detectável nestes painéis algum enquadramento paisagístico de Lisboa, conforme nos refere J.M. Simões no seu manuscrito, existe, no entanto, um manifesto desfasamento no seu tratamento, se comparado com o que parece ser o verdadeiro objecto representativo destes painéis - O Cortejo Nupcial -. Inversamente, a representação desta paisagem, funciona, ao longo de todo o painel, como mero objecto acessório de enquadramento cenográfico⁴. Já o desfile processional das carruagens de aparato e dos soldados, o carácter selectivo na representação de uma classe aristocrática na assistência ao cortejo, bem como os dispositivos empregues para realçar os arcos, traduzem, por parte do artista, uma clara intenção de contextualizar o acontecimento dentro dos moldes de «canonização» iconográfica utilizados neste período⁵, conforme se depreende pelo carácter épico e festivo da composição.

O manuscrito de J. M. dos Santos Simões, mostrou-se também importante para o presente estudo pela referência a uma fonte manuscrita impressa, nomeadamente quando faz citação a uma «carta que o Marquês de Manresa escreveu à sua esposa, (In *Feira da Ladra*, Tomo II, p. 142, Lisboa, 1930)⁶», na qual existe inclusa uma relação respeitante aos arcos triunfais existentes no cortejo, acompanhada esta pelo orçamento de cada um deles⁷. A sua comparação com a relação existente no Liv.º VII de cons. e dec. d'el-rei D. João V, do sen. occi., permitiu extrair algumas ilações que aprofundaram e enriqueceram a nossa abordagem.

Nesta exploração heurística que agora se propõe sobre o presente tema, procu-

rou-se fundamentalmente perspectivar a evolução urbana da cidade de Lisboa, sobretudo no que respeitou à sua parte ocidental revista sobre o acontecimento da entrada pública dos soberanos na cidade. O manuscrito inédito de J. M. dos Santos Simões, a par da análise de muita da documentação existente no Arquivo Histórico Municipal que se encontra publicada na obra incontornável de Eduardo Freire de Oliveira, assim como na consulta do valioso acervo deste arquivo, possibilitou uma abordagem sustentada sobre este tema. Saliente-se que no decorrer desta pesquisa encontrou-se um documento que liga o nome de Pedro Massar Rochefort como executante do risco dos Arcos deste Cortejo Nupcial dos príncipes, cujo conteúdo se dá registo no presente artigo.

Introdução

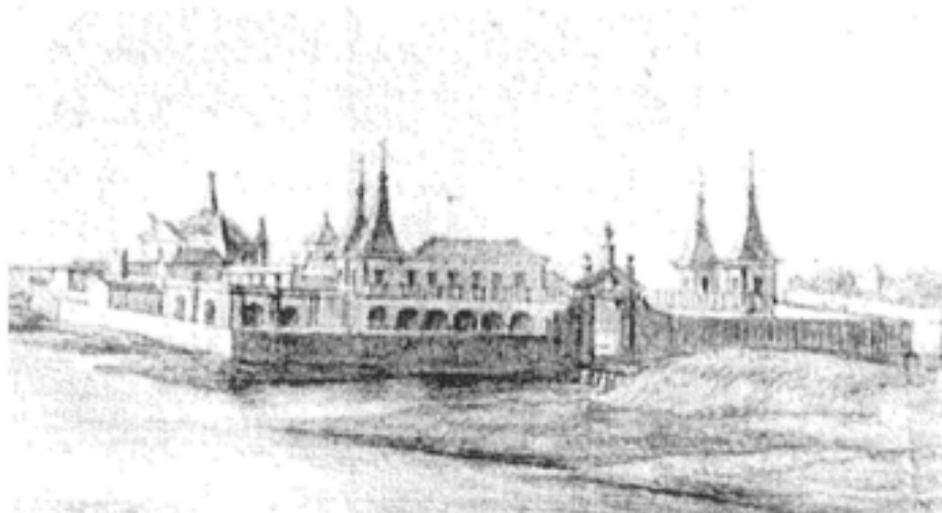
O desembarque em 1729 da princesa D. Maria Ana Victória de Bourbon e do futuro rei D. José na antiga praia do Restelo, após a celebração do consórcio das princesas⁸ a 19 de Janeiro de 1729 na ponte sobre o rio Caia⁹, constitui um acto protocolar, por parte de D. João V, que parece dar confirmação à importância que o monarca, cerca de três anos antes, já havia demonstrado por Belém, evidenciado pela compra em 1726 de três propriedades neste local. A sua posterior denominação como Quintas de *Baixo, Meio e de Cima*, integradas agora sob a forma de residência real de veraneio e lazer, trouxe, no primeiro quartel do séc. XVIII, uma dinâmica de desenvolvimento urbano em Belém¹⁰; tendência que se manifestaria com particular ênfase após o terramoto de 1755 com a fixação do rei e da corte no Alto da Ajuda.

A escolha do local para o desembarque dos príncipes recaiu no cais pertencente à Quinta da Praia¹¹ situada a poente da Praia do Restelo¹², próximo das mercearias do Infante, e a nascente do Palácio do Correio-mor. Este cais, denominado «*cais de pedraria*»¹³, detinha uma



Idem, *Ibidem*, pormenor da ponte do Palácio da Praia.

largura igual ao comprimento do palácio tendo recebido a par do edifício vários melhoramentos, designadamente na sua zona de ancoragem justificados por ocasião da chegada dos príncipes a Belém. O seu palácio foi construído no 2º quartel do século XVI, pertencendo a D. Manuel de Portugal¹⁴. Na altura da compra da propriedade feita pelo soberano, o palácio estava na posse do 5º Conde de S. Lourenço - Rodrigo Melo da Silva, entretanto falecido¹⁵, pelo que a sua transacção terá



Palácio da Praia em pormenor do «Retrato do Marquês de Pombal» da autoria de L. M. Van Loo (Paris 1766), In: História de Portugal, Vol. 5, p. 93, Publicações Alfa, Lisboa, 1983 (Foto arquivo Alfa)

ocorrido por volta de 1727 com a viuva do Conde - D. Mariana Rosa de Lencastre¹⁶. Nesta mesma data, D. João V compraria também o Palácio do Correio-mor,¹⁷ localizado a poente desta Quinta e a nascente do convento do Bom Sucesso¹⁸.

Os relatos sobre o aparato do cortejo nupcial e o acto da entrada pública dos príncipes na cidade.

Através da *Gazeta de Lisboa* de 17 de Fevereiro, temos uma descrição pormenorizada do trajecto que os monarcas tomaram, sensivelmente quinze dias após o casamento dos príncipes D. José e D. Mariana de Bourbon em Elvas¹⁹, dando-nos registo dos locais onde pernottaram até ao seu desembarque em Belém a 12 de Fevereiro de 1729 no cais do Palácio da Praia, juntamente com uma «numerosíssima e pomposa comitiva»²⁰, conforme se depreende do presente excerto: «*Suas Magestades e Altezas, que Deus guarde, que haviam pernottado na quinta-feira no palacio das Vendas Novas²¹, e na sexta na villa de Aldeia*

Gallega,[Montijo] se embarcaram na manhã seguinte, 12 do corrente, nos bergantins reaes, com uma numerosissima e pomposa comitiva, por entre grande multidão de barcos, faluas e fragatas (todas cheias de bandeiras e flammulas), desceram à vista d'esta cidade pelo Tejo abaixo até Belem, recebendo n'esta distancia trez salvas de artilheria do castello, fortalezas e naus que n'este porto se achavam surtas, e desembarcaram na magnifica ponte que se tinha fabricado em uma das casas reaes de campo, que S. Magestade tem no mesmo sitio, donde, dando-se fórma á marcha, se encaminharam para o palacio d'esta cidade nos seus magnificos côches, precedidos de todos os da familia real e de todos os da principal nobreza da côrte.

El-rei, nosso senhor, ao passar por defronte da igreja de N.º Sr.º dos Remedios,²² dos religiosos carmelitas descalços,[Convento dos Marianos²³] se apeou com o principe do côche em que vinha com a rainha, nossa senhora, e a serenissima princeza, e foi fazer oração à mesma Senhora.²⁴

No largo da Esperança, onde o senado d'esta cidade estava esperando a Suas Magestades e Altezas, lhe fez uma elegante oração o dr. Jorge Freire de Andrade, que era o vereador mais antigo, e logo se continuou a marcha pela calçada do Combro, rua direita do Loreto, rua larga das portas de Santa Catharina, Chiado, rua Nova de Almada, rua Nova dos Ferros, praça do Pelourinho e Terreiro do Paço, em cujo «transito havia vinte arcos de triumpho, que em seu applauso tinham «erigido as nações que commerciam n'esta cidade, e negociantes e mesteres d'ella,



Coche nupcial denominado «de D. João V», tocado por três parelhas e ladeado por arceiros. Painel contínuo, situado no lado poente do claustro da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, Salvador, Bahia. Limitado nos extremos por cariátides, com enquadramento em festões e tendo ao centro *putti* segurando «cartouches» ornamentais. J. M. dos Santos Simões, "Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...", In Revista Oceanos, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999, p. 31. (Fotografia de Sérgio Benutti)

avantajando-se na magnificencia aos mais os das nações ingleza, italiana e allemã.



Grande vista panorâmica de Lisboa, de cerca de 1735. Pormenor do Largo da Esperança, ap. Livro de Lisboa, Lisboa, 1994, p. 266

Com toda a sua comitiva fôram Suas Magestades e Altezas á santa igreja patriarchal, onde estava o senhor patriarchal e todos os illustres conegos, e, fazendo oração, fôram para o paço e se recolheram aos seus quartos.

As infinitas circumstancias da magnificencia d'este acto, assim da ordem da marcha, como da riqueza dos côches e librés do acompanhamento, da pompa das armações de que estavam adornadas e cobertas as janellas e paredes, da soberba architectura dos arcos, da engenhosa «fábrica do fogo de artificio»²⁵, que na mesma noite e nas duas seguintes se fez no castello d'esta cidade, não se podem representar no curto theatro de uma gazeta.»²⁶. Neste âmbito narrativo, é também conhecida a descrição de Frei José da Natividade²⁷, dando-nos um quadro pormenorizado do cais onde desembarcaram os príncipes bem como do seu respectivo tratamento cenográfico criado para a ocasião: «...Aqui em uma das muitas Casas Reais de jardim, e de campo (...)

No já citado manuscrito inédito²⁹ de J.M. dos Santos Simões, o autor inclina-se para a atribuição a Pierre-Antoine Quillard (1701[11]-1733)³⁰ na execução do risco dos arcos. Com efeito, este discípulo de Watteau, foi chamado a Lisboa em 1726, sendo nomeado como Pintor do Reino e membro da Academia de Pintura de Lisboa³¹. Este pintor e gravador, distinguiu-se, entre outros trabalhos, na execução de inúmeros quadros para o Palácio do Duque de Cadaval³², todavia julga-se, que dada a idade que o artista teria em 1729 (28 [18] anos), dificilmente lhe seria atribuída a responsabilidade na execução de tal tarefa. Este facto não obsta a que Quillard não tenha, muito provavelmente colaborado na sua execução, dado que esta temática não lhe seria estranha como testemunham duas gravuras da sua autoria, datadas de 1728 referentes aos festejos de «luminárias» por ocasião do casamento entre Maria Bárbara de Bragança e do futuro rei de Espanha D. Fernando VI.³³

No decurso desta investigação, surgiu-nos o nome de Pedro Massar de Rochefort³⁴, (1675 [3]³⁵-1740³⁶); gravador de profissão. Rochefort terá chegado

a Portugal em 1726 para trabalhar na tipografia da Academia Real de História, fundada por D. João V, sendo um dos mais virtuosos na arte de abridor de buril.³⁷ Ora um documento (datado de 1732) pertencente à Chancelaria Régia de D. João V, existente no Arquivo Histórico da Câmara Municipal³⁸, dá testemunho da Licença de pagamento a Pedro Rochefort, despacho dada pelo o então Secretário de Estado – Diogo de Mendonça Corte Real –, conforme se transcreve :

Carta do Secretário de Estado

Sua Magestade he servido de / o Senado mande dar a Pedro Ro / Chefort todos os desenhos dos ar / cos que se fizerão nesta Corte pa / Ra a entrada da Princeza Nossa / Senhora o que Vossa mercê fará / presente no mesmo Senado. De / Os guarde a Vossa mercê Paço / Dezanove de Janeiro de mil / setecentos trinta, e doo Diogo / de Mendonça Corte Real. / Senhor Manoel Rebello Alvarez

Carta do Secretário de Estado

*Sua Magestade he servido de / o Senado mande dar a Pedro Ro / Chefort todos os desenhos dos ar / cos que se fizerão nesta Corte pa / Ra a entrada da Princeza Nossa / Senhora o que Vossa mercê fará / presente no mesmo Senado. De / Os guarde a Vossa mercê Paço / Dezanove de Janeiro de mil / setecentos trinta, e doo Diogo / de Mendonça Corte Real. / Senhor Manoel Rebello Alvarez.*³⁹

Como se pode depreender, a atribuição do risco dos arcos triunfais ao gravador francês para a celebração do Consórcio dos príncipes D. José e D. Maria Ana de Bourbon, não pode deixar de ser entendida como um reconhecimento das capacidades artísticas de Rochefort como cenógrafo, faceta que se encontra ainda pouco estudada e a merecer um maior aprofundamento⁴⁰.

Seguindo a correspondência trocada entre o Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real e o escrivão do senado da Câmara, designadamente a carta de 6 de Fevereiro, é elucidativa da grandeza e magnitude que estes festejos alcançaram, assim como testemunha a ampliação da periferia urbana ocidental da cidade: «Recebi a carta de v. m.cê de 4 do corrente, e logo que se falou na entrada publica, disse ao Vereador Jorge Freire d'Andrade e ao procurador da cidade Claudio Gorgel do Amaral que esta função se havia de fazer da mesma forma que se fizera quando a rainha, D. Maria Isabel de Saboya, fez a entrada de Alcantara, excepto só que os arcos que principiavam às portas de Santa Catharina⁴¹, haviam de começar agora no largo do Convento da Esperança; e que, se o senado então esteve nas ditas portas de Santa Catharina e ahi fez a fala, o mesmo devia agora praticar à Esperança e, acabada a fala, fazer o mesmo que praticou naquella referida função...»⁴². O trajecto que o cortejo real efectuou pela cidade mostra-nos também a importância que alguns dos locais iam ganhando na Lisboa Joanina, bem como da relevância das principais actividades profissionais e corporativas nela existentes, conforme se depreende pela relação constante no Liv.^o VII de cons. e dec. d'el-rei D. João V, do sen. occi., fs. 29.⁴³

As dificuldades de acostagem na zona ribeirinha ocidental

Se por um lado, a cidade de Lisboa vinha reforçando a ligação e a articulação por via terrestre entre as zonas ribeirinhas ocidentais e o seu centro, cada vez mais se experimentavam acrescidas dificuldades de acostagem em toda esta zona. Já nos finais do reinado de D. Pedro II, (1677), existia a preocupação de empreender melhores condições para este efeito, tendo o monarca solicitado um orçamento⁴⁴ para a construção de uma muralha com um cais no sítio de Belém, não só para facilitar o embarque e desembarque, bem como dar defesa aos temporais que assolavam esta zona costeira no Inverno. Este empreendimento só viria realizar-se já no reinado de D. João V, existindo, porém,

(fazendo fé no testemunho que nos deixou um autor anónimo na sua obra - *Description de la Ville de Lisbonne*, s.a., Paris, 1730 -) um projecto mais ambicioso, nomeadamente na intenção de mandar construir um grande cais ao longo de toda a sua zona ribeirinha ocidental, conforme se depreende do presente excerto: «*On assure que le Roi [D. João V] se propose d'agrandir la ville, en bâtissant en droite d'un bout à l'autre un Quais Qui sera poussé environ cinquante toises avant dans le Taje; se Qui se peut faire aisément, parce que la Rivière n'a presque pas profondeur jusqu'a la distance où l'on doit porter les ouvrages. Et du côté de la mer dans un endroit nommé Boa Vista, où la Rivière fait un coude Qui avance dans la ville, le Roi doit y faire creuser un bassin, où les vaisseaux de guerre seront à l'abri du mauvais temps*»⁴⁵.

Através de uma proposta anónima incluída, numa carta de 9 de Outubro de 1742, que o Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar endereça ao Vereador Gaspar Ferreira Aranha⁴⁶, encontra-se um notável quadro analítico e descritivo das dificuldades de acostagem na zona ribeirinha ocidental, do qual se dá registo no seguinte excerto:

«*1.º que, depois de meia vazante, se não acha desembarque desde Belém até Sacavem, mais que em trez partes, a saber, na ponta da Junqueira, no caes da Pedra e defronte dos armazens do reino; 2.º a incidencia de uma cõrte tão grande e tão populosa se não possa aportar a metade do tempo de cada dia; que para chegarem a terra pessoas de qualquer estado, graduacão e sexo, seja preciso que as tragam às costas os homens do mar; que em muitas partes, como é em toda a enseada da Boa-Vista, nem este remedio possa ter logar, e, o que mais é, que as mesmas pessoas reaes não possam Ter commodidade para embarcar e desembarcar senão em maré cheia;...*». Mais adiante acrescenta: «*...2.º pelo que toca à segurança das embarcações, porque de estarem sempre expostas nas praias ao impeto que adquirem às ondas, pela grande largura do rio, recebem notável deterimento e perda com todos os ventos meridionaes, e particularmente, sobrevindo temporaes do sul e sudoeste, são obrigadas as embarcações pequenas a ir, com grande risco, buscar abrigo nos portos da outra banda; e as que por negligencia ou por outra razão o não fazem, se despedaçam na praia...*». Num terceiro ponto, referindo-se a questões de segurança, descreve-nos o estado obsoleto e precário de conservação da «muralha marinha»: «*...porque a muralha marinha, que em muitas partes está já arruinada, fica em outras hoje mui distante do que a baixamar descobre, e embaraça com muitos empedimentos,*

dentro de fóra, para se poder fazer uso d'ella; além de que não comprehende toda a cidade, e, se viesse contra ella poder inimigo, lhe seria facil a invasão por muitos logares...».

Fica bem patente que o autor desta *Proposta* denota um espírito esclarecido e conhecedor dos assuntos em merecimento, designadamente no que respeita aos problemas da navegabilidade do Tejo e nos de ordem sanitária em que denuncia a falta de infra-estruturas de sa-



Planta reduzida do largo da Esperança em 1752, desenhada por Carlos Mardel, ap. Vieira da Silva In Revista Municipal, n.º 45 2º trimestre, 1950, p.14



Arco dos Ingleses ao Largo da Esperança. Painel contínuo, situado no lado poente do claustro do referido convento. Ao centro evidencia as armas reais portuguesas, sendo rematado por quatro estátuas sobre a cornija do seu entablamento J. M. Dos Santos Simões, "Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...", In Revista Oceanos, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999, p. 36. (Fotografia de Sérgio Benutti)

neamento básico da zona ribeirinha. Neste ponto o seu autor revela-se conhecedor das soluções existentes em outras grandes cidades europeias, nomeadamente em Paris, assim como é visível a sua preocupação realista de justificar economicamente o empreendimento.

Algumas reflexões conclusivas

A análise das fontes que dão notícia dos preparativos deste desembarque dos príncipes e o respectivo cortejo real que se lhe seguiu, autoriza a algumas reflexões que extrapolam a observância de um acto entendido como meramente casuístico ou de circunstância. Esta celebração obriga-nos a re-

pensar o sentido e a relação que os arrabaldes marginais ocidentais da cidade ganham relativamente à Lisboa barroca, impondo-se avaliar, se os retratos seiscentistas que dão registo descritivo deste eixo como um espaço de forte feição rural recortado por núcleos conventuais e propriedades nobiliárquicas de vilegiatura, mantém intacta essa leitura ao longo do século XVIII. No reforço desta apreciação, não deixa de ser curiosa a comparação deste evento com o aparato festivo organizado aquando da chegada a Lisboa no dia 2 de Agosto de 1666 da rainha D. Maria Isabel de Saboya, sobretudo no que respeita à decoração cuidada dos locais escolhidos para o trajecto do cortejo. Não obstante o tempo que medeia as duas celebrações (cerca de 63 anos), é, contudo, através desta primeira «entrada pública» de D. Maria Isabel de Saboya na cidade, que esta se define como modelo referencial na organização dos preparativos da chegada dos príncipes, conforme demonstra a carta já atrás descrita de 6 de fevereiro de 1729 do Secretário de Estado Diogo Corte Real⁴⁷. Nesta observância desde logo ressalta um ponto convergente nestas duas celebrações: ambas em si reclamam a importância do cortejo e a sua mobilização processional no eixo ocidental ribeirinho em direcção à capital. Todavia, já no que concerne aos locais escolhidos para o desembarque dos soberanos, encontramos uma diferença significativa, incidindo respectivamente o desembarque de D. Maria Isabel de Saboya no cais de Alcântara e o de D. Maria Ana de Bourbon no *cais da Pedraria* em Belém. Esta alteração parece firmar (no tempo que medeia estas duas celebrações) a gradual extensão viária e urbana que a zona ribeirinha ocidental de Lisboa vai experimentando e que se define numa dinâmica



Arco de S. Joseph, ficava no adro da Boa Hoca, situado no lado norte do claustro do referido convento, J. M. dos Santos Simões "Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...", In Revista Oceanos, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999, p. 43. (Fotografia de Sérgio Benutti).

axial através de um eixo que promove a ligação entre Belém e Lisboa. A aludida carta é também elucidativa sobre a alteração do conceito de «lugar» da entrada pública na cidade, especialmente no que concerne à localização do primeiro arco: na entrada de D. Maria Isabel de Saboya, mostra-nos que as portas de Sta. Catarina se



Arco dos Italianos ao Largo do Loreto, situado igualmente no lado Norte do referido convento, J. M. dos Santos Simões "Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...", In Revista Oceanos, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999, p. 43. (Fotografia de Sérgio Benutti).

mantinham ainda no séc. XVII como «espaço de fronteira» entre a cidade e as zonas periféricas de cariz semi-urbano, cuja ruralidade residual se mostra retalhada, conforme se referiu, de permeio nos núcleos conventuais e nas quintas nobiliárquicas.⁴⁸ Diversamente, na entrada dos príncipes, os arcos principiam no Largo do Convento da Esperança, disposição que impulsionou o avanço da cidade para a sua parte ocidental, não sendo, como tal, alheio o facto de se ter colocado o primeiro arco (dedicado à nação inglesa), no local da entrada pública dos soberanos na cidade, sensivelmente nas imediações deste mesmo largo.

Sobre todo este evento de cariz celebrativo, podemos especular sobre as razões que teriam levado D. João V a optar pelo desembarque dos soberanos na Praia do Restelo em detrimento da Praça do Comercio, ou do porto de Alcântara, como era usual à chegada dos monarcas quer viessem por via fluvial ou marítima. Nesta reflexão importa referir, que morfologicamente, a cidade no primeiro quartel do séc. XVIII, denuncia já uma dinâmica de «fusão integradora» dos seus arredores, sobretudo expressa no fluxo ribeirinho ocidental que articulava o Terreiro do Paço a Belém. Este movimento que havia sido sobretudo de cariz fluvial e pontuado de forma fragmentária nas

afluências portuárias, passa agora a evidenciar-se numa crescente utilização dos percursos ribeirinhos, sustentados aliás, ao longo dos séculos XVII e XVIII, através do estabelecimento de inúmeras quintas de vilegiatura e núcleos conventuais ao longo deste eixo. Neste contexto, o relato descritivo entre a zona de Belém e a Ribeira de Alcântara do trinitário padre Frei Nicolau de Oliveira de 1620⁴⁹ é ainda elucidativo da importância da utilização da via fluvial, conforme se depreende pelo presente excerto: «*Em pouco espaço se chega ao Mosteiro de Belém, grande e sumptuoso (...) Do mar até ao areal, que deverá ser cerca de cem passos. Passando daqui entra-se no lugar que, por respeito ao mosteiro, conserva o mesmo nome de Belém. Seguindo entre o rio e rendosíssimas quintas, vem dar-se à fresca Ribeira de Alcântara povoada de algumas quintas e hortas com muitas fontes; das quais saem abundantes águas, em que se lava a maior parte da roupa da cidade.*». Se compararmos este quadro com as descrições de William Beckford⁵⁰ e de J.B.F Carrère⁵¹ datadas respectivamente de 1787-88 e de 1789, não obstante se identificar ainda a mesma ambiência rural descrita sobre as zonas limítrofes da cidade, constatamos, que os percursos viários que articulavam os arrabaldes com a cidade se encontram já consolidados, designadamente o eixo ao longo do Tejo entre Xabregas e Belém, conforme nos demonstram ambos os textos.

Num outro plano podemos entender a opção de Belém, para o desembarque dos príncipes, na manifesta vontade do monarca em dar prosseguimento ao festivo e empreendedor período da monarquia manuelina, que alterou significativamente o panorama artístico português e que se havia expressado particularmente no sítio de Belém em programas construtivos ambiciosos. O antigo ancoradouro do Restelo, epicamente visto como ponto germinal da construção e extensão de um império e cujo sistema criador, haviam ligado a monarquia e a igreja neste mesmo propósito, poderá ter motivado D. João V a escolhe-lo como palco privilegiado do desembarque dos futuros representantes dessa continuidade. Esse reconhecimento do «valor acrescentado» de Belém substanciou-se em múltiplas transformações que se foram evidenciando nesta zona ao longo do seu reinado, iniciadas através da compra sistemática de inúmeras quintas senhoriais pela zona Belém/Ajuda. Neste contexto, pleno de um «crescendo» de vivência cortesã em todo este núcleo, Belém vai definitivamente perder o carácter de lugar excêntrico que a subordinava a um papel de «ilha» conventual e de «baluarte» defensivo, cuja articulação com Lisboa, era feita predominantemente por via fluvial. Contrariamente, no séc. XVIII, o desenvolvimento desta zona

sustenta-se já como ponto terminal de um eixo de ligação marginal em relação à cidade. Se no reinado de D. Manuel, Belém era sobretudo conotada como um porto de partida e de gesta marítima, com D. João V, este local assume-se como uma



Arco dos Alemães à Rua *Conceição nova*, painel terminal do lado Norte do claustro do referido convento, J. M. dos Santos Simões "*Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...*", In Revista Oceanos, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999, p. 43. (Fotografia de Sérgio Benutti).



Arco terminal a poente, J. M. dos Santos Simões, "*Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...*", In Revista Oceanos, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999, p. 42. (Fotografia de Sérgio Benutti).

«praça» de chegada (quer para quem vinha da capital, quer para quem acostava no seu porto), cenograficamente enquadrada de forma monumental pelo Convento dos Jerónimos. Este novo enquadramento de Belém deverá ser visto à luz de uma cidade que detinha já o estatuto de capital do reino, e que ensaia, a exemplo de outras capitais europeias, uma nova concepção sobre o seu espaço envolvente, através da concretização «visível» da estrutura de um universo espacial predominantemente de cariz dinâmico e de extensão.⁵² Sobre esta nova realidade espacial e urbana, o cortejo real e todo o seu aparato mobilizado processionalmente por novos percursos urbanos é claramente expressivo de um imaginário que serve o reforço da autoridade absoluta do soberano sobre a capital e os seus súbditos.

Um breve desiderato editorial

É reconhecido que na década de 90 que agora se finda, sobretudo no contexto da programação editorial empreendida aquando da nomeação de Lisboa como Capital da Cultura em 1994, se fomentou, num projecto concertado entre a edilidade e algumas editoras livreiras, um forte empenhamento na divulgação da história da cidade de Lisboa. A par de novas edições referênciais há muito reclamadas, como foram o *Dicionário da História de Lisboa* e *O Livro de Lisboa*, foi-se registando o aparecimento de novas leituras interpretativas no círculo da olisipografia, diversificando-se em múltiplos estudos, (muitos dos quais centrados em trabalhos do foro científico), cujas conclusões, se têm mostrado de fulcral importância na necessária revisão e consequente



Arco dos Franceses ao Terreiro do Paço, painel situado no Lado da Capela do referido convento J. M. dos Santos Simões "Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...", In Revista Oceanos, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999, p. 44. (Fotografia de Sérgio Benutti).

actualização do discurso da olisipografia, assim como na formulação de novos dados sobre a história urbana e social da cidade. Paralelamente, assistiu-se à reedição de obras anteriores que se haviam há muito esgotado, facto que veio permitir um conhecimento mais generalizado ao público interessado sobre algumas das obras incontornáveis sobre a história de Lisboa.

Neste âmbito, a zona de Belém, não tem sido contemplada com rendições, não obstante existirem duas obras de reconhecido mérito que permanecem referências obrigatórias para quem estuda esta zona histórica e monumental da cidade. Nesta circunstância encontram-se dois trabalhos de José Dias Sanches: *Belém e arredores através dos tempos*, Lisboa, 1940, assim como o seu segundo livro publicado 24 anos mais tarde - *Belém do Passado e do Presente*, Lisboa, 1964, julgando-se, dada a profusa informação contida em ambas as obras, justamente meritórias de ser objecto de uma futura rendição. Também neste teor inscreve-se a Conferência I realizada em 1939 no salão nobre dos Paços do I, Concelho por Mário de Sampaio Ribeiro, "intitulada *Do Sítio da Junqueira*, que seria ainda no mesmo ano integrada nas publicações culturais do município. Por último destaque-se o nome de - Alfredo Gameiro -, colaborador no jornal *O Comércio da Ajuda*, em cujos os textos se encontram uma fonte de consideráveis informações sobre a zona Belém/ Ajuda. A compilação e reedição destas crónicas mostrar-se-ia merecedora não só pelo reconhecimento dos contributos dados pelo autor em relação à divulgação da história local, mas também pelas notas toponímicas da autoria do já mencionado olisipógrafo - Mário Sampaio Ribeiro - que foram objecto de publicação no mesmo jornal.

NOTAS

- ¹ Veja-se o estudo do Prof. Dr. João Pereira Dias, publicado na revista *Belas Artes* – da Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa, tendo sido posteriormente objecto de ampliação na Tese apresentada ao IV Colóquio de Estudos luso-brasileiros, Bhia, 1959, ap. J. M. dos Santos Simões, “*Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...*”, in *Revista Oceanos*, n.º 36/37 – Outubro 1998 / Março 1999, p.22
- ² J. M. dos Santos Simões, op. cit. p.21
- ³ Toda esta narrativa iconográfica se faz através de um painel contínuo na parte inferior das paredes das quadras dos lados Poente e Norte do referido claustro.
- ⁴ Conforme refere Santos Simões, op. cit., exceptuam-se neste contexto a parte alusiva à chegada a Belém ou na paisagem da margem sul do Tejo (ambas situadas na parte sul do claustro).
- ⁵ «*os azulejos do claustro, da sacristia, da sala das sessões e da secretaria são anteriores a 1752*», Marieta Alves, *História da Venerável Ordem 3.ª da Penitência do Seráfico Padre São Francisco da Congregação da Bahia*, Bahia, 1948, p. 127, ap. J. M. dos Santos Simões, op. cit.
- ⁶ J. M. dos Santos Simões, op. cit., p. 22
- ⁷ Idem, ibidem, p. 23
- ⁸ Princesas das Astúrias e do Brasil
- ⁹ «*o acto das trocas das duas sereníssimas senhoras princezas do Brazil e das Astúrias, que d’all seguiram cada uma para a sua nova corte*», In Anno Historico, ap. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos Para a Historia do Município de Lisboa*, Tomo XII, Lisboa, 1887, p. 194
- ¹⁰ Muito dos nobres da capital, em atitude mimética, assumiram esta vontade do soberano, fazendo aqui construir a suas residências de veraneio
- ¹¹ Denominação pela qual era conhecido este conjunto (palácio e respectivo pátio), e que posteriormente no reinado de D. José, se alteraria para da de “Palácio Marialva.
- ¹² Sensivelmente no local do Centro Cultural de Belém
- ¹³ In Dicionário da História de Lisboa, *Centro Cultural de Belém*, Op. Cit, p. 258
- ¹⁴ «2º filho do 1º Conde do Vimioso», In Dicionário da História de Lisboa, *Centro Cultural de Belém*, Lisboa, 1994, p. 257
- ¹⁵ 9/09/1725
- ¹⁶ Duas principais fontes iconográficas retratam este palácio: O quadro de Van Loo referente à consagração dos feitos de pombal, permite vislumbrar, num segundo plano, o abandono forçado do país dos padres inicianos após a sentença da sua expulsão, tendo estes partido da antiga praia do Restelo. No horizonte de Lisboa, para o qual Pombal aponta, encontra-se o referido Palácio da Praia no extremo poente do Mosteiro dos Jerónimos. Igualmente a sua imagem é visível num grande painel de azulejos do séc. XVIII existente no Museu Nacional do Azulejo referente a uma vista panorâmica de Lisboa, conjunto que integra um vista pormenorizada da zona de Belém.15-11-1999
- ¹⁷ Era seu proprietário D. Duarte de Sousa Mata Coutinho
- ¹⁸ Veja-se José Dias Sanches, *Belém do Passado e do Presente*, Lisboa, 1970, pp.125-7
- ¹⁹ O casamento é celebrado a 26 de Janeiro de 1729 na Sé de Elvas
- ²⁰ A entrada solene dos príncipes em Lisboa, após o casamento em 1729, encontra-se retratada num pormenor de um silhar de azulejos existentes no claustro da Ordem Terceira de São Francisco, em São Salvador da Bahia. Sobre este assunto veja-se o artigo de Fernando António Baptista Pereira, *Lisboa Barroca da Restauração ao Terramoto de 1755 – Vida e a Mentalidade do Espaço, do*

Tempo e da Morte In O Livro de Lisboa, Lisboa, 1994, p. 348

- ²¹ Conforme nos refere em nota Eduardo Freire de Oliveira, no seu "Elementos para a História do Município de Lisboa" Lisboa, 1882, Tomo XII, p. 194, «só no palácio que se construiu em Vendas Novas, para n'elle pernoltearem as pessoas reais que foram à fronteira, se dispenderam uns quatrocentos contos de réis»
- ²² A edição municipal impressa de um antigo códice setecentista anónimo, com o título - *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, vol. II., C.M.L., Lisboa, 1972, dá-nos notícia detalhada da igreja e da fabrica interior do seu convento, e cuja localização se transcreve no presente excerto, referente ao capítulo IV, pp.90-1: «Tem a igreja de N. Senhora dos Remédios em sitio elevado, e assim antes de chegar à porta e ao portico que está diante della se sobe da rua que he larga e fermosa hum degrao sobre que assenta huma porta de grades de ferro e entrando por ella em hum taboleyro fica a cada lado delle huma escada por onde se sobe a outro taboleyro que fica antes do portico da igreja cujo coro assenta sobre a abobeda do portico [retro-coro] entrando também com alguma parte no principio do corpo da igreja que nam difere muyto em grandesa da que costumam ter a dos Padres Carmelitas Descalsos.»
- ²³ Também conhecido por - N. Senhora dos Remédios, foi fundado em 1606, situando-se no começo oriental da Rua das Janelas Verdes
- ²⁴ Conforme se refere no Tomo II, pp. 87-8, da atrás referida *História dos Mosteiros de Lisboa*, este mosteiro situava-se: «visinho à frequentia de Sanctos o Velho, nas estrada que vay pera Alcantera, aonde o convento, sobre lograr ares saudaveis tem a commodidade de boas vistas, assim pera terra como pera o rio, com larga cerca que lhe ministra hortaliça e fruta»
- ²⁵ Sobre este assunto, consulte-se a carta de 8 de fevereiro de 1729, endereçada pelo Secretario de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real ao escrivão do Senado da Câmara, Liv.º IX de cons. e dec. d'el-rei D. João V, do sen. ori., fs 61.
- ²⁶ Gazeta de Lisboa de 17 de Fevereiro (5ª feira) de 1729.
- ²⁷ Frei José da Natividade, *Fasto de Hymenco ou História Panegyrica dos Desposórios dos Fidelísimos Reis...*, Oficina de Manuel Soares, Lisboa, 1752, 408 p., (B.N. cota 7679).
- ²⁸ Eduardo Freire de Oliveira, Tomo XII, op. cit., p. 213. Sobre esta relação consulte-se o Anexo Documental, p. I deste trabalho..
- ²⁹ Com o título "*Iconografia lisboeta em azulejos no Brasil...*", in Revista Oceanos, n.º 36/37 - Outubro 1998 / Março 1999 (pp.20-50) (iniciativa levada a cabo pela Directora do Museu de Arte da Bahia - Sylvia Menezes de Athayde).
- ³⁰ Veja-se o Dictionnaire de E. Benezit, *Dictionnaire des Peintres, Sculpteurs, Dessinateurs et Graveurs*, 10 vols., Paris, Librairie Gründ, 1976, Vol. VII, p. 77. No Dicionário de Pintores e Escultores, Vol. IV, p.377 de Fernando Pamplona, o autor inclina-se para a data de nascimento em 1711, tese, que a ser verdadeira, daria 18 anos a Quillard em 1729.
- ³¹ Dictionnaire de E. Benezit, Vol. VII, p. 77, op. cit.
- ³² Nestas obras merecem destaque duas obras sob a temática de «festas galantes», que, segundo Ayres de Carvalho, denunciam a influência de Watteau.
- ³³ Veja-se os dois desenhos e gravuras de Quillard; impressas por T. Andreas Harrewin; Biblioteca Nacional, ap. História de Portugal, Vol. V (Direcção de José Hermano Saraiva), Alfa, Estella (Navarra), 1983, p. 57
- ³⁴ *Manuel de l' Amateur d'Estampes*, vol. II, ap. Grande Enciclopédia Portuguesa Luso-Brasileira, Tomo 25, Editorial Enciclopédia, Lisboa, R. de Janeiro, p. 861
- ³⁵ No Dictionnaire de E. Benezit, Vol. VII, p. 294, op. cit. dá-o como nascido em 1673 em Paris

- ³⁶ Pedro Rochefort terá falecido em Lisboa por volta de 1740, conforme se depreende através de um pagamento feito à viuva nesta data, ap. Idem, *ibidem*
- ³⁷ Idem, *ibidem*
- ³⁸ Na sua identificação expresse o meu agradecimento aos meus colegas: Lurdes Ribeiro e Nuno Campos
- ³⁹ Chancelaria Régia, Livro 4.º de Registo e Consultas e Decretos de D. João V, Senado Oriental, 1721-1732, fl. 157 r.
- ⁴⁰ Esta celebração, pela sua magnitude, terá que forçosamente comparar-se ao nível das grandes festas ligadas à procissão do Corpo de Deus, designadamente as realizadas em 1719 e que tiveram como dirigente João Frederico Ludovice, facto só por si revelador do necessário reconhecimento que Rochefort devia granjear junto de D. João V e da sua corte. Sobre este assunto veja-se Ayres de Carvalho, "*Documentário artístico do primeiro quartel de setecentos, exarado nas notas dos tabeliães de Lisboa*", In Separata da Revista Bracara-Augusta, vol. XXVII – fasc. 63, Braga, 1974, p. 141).
- ⁴¹ Resolução regia de 11 de dezembro de 1750, In Liv.º I de cons. e dec. D'el-rei D. José, fs. 121, ap. Eduardo Freire de Oliveira, Tomo I, p. 25, op. cit., em nota do autor refere: « *que por ocasião das grandes festas publicas da coroação e do casamento do rei, e esta última só quando os regios consortes faziam a sua entrada solemne em Lisboa, pela primeira vez. Era então de estylo irem as pessoas reais à Sé, acompanhadas pela camara, que as ia esperar às portas de Santa Catharina, e ali em nome do municipio, lhe dirigia as felicitações do costume, e tinha logar a cerimonia da entrega das chaves da cidade.*»
- ⁴² Carta de 6 de fevereiro de 1729 do secretário de estado Diogo de Mendonça Côrte real ao escrivão do senado da câmara, In Liv.º VII de cons. e dec. D'el-rei D. João V, do sen. Occi., fs. 13, ap. Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., Tomo XII, p. 212
- ⁴³ Veja-se a referida relação no Anexo Documental presente neste trabalho, pp. II-III
- ⁴⁴ O custo desta construção estava orçado em 5.721\$160 cruzados, conforme o pregão do Senado de Lisboa.
- ⁴⁵ Veja-se Irisalva Moita, "Marinha de Lisboa, Planta Topográfica de 1727", In Revista Olisipo, II série, n.º 1, 1994, pp. 114-128
- ⁴⁶ Liv.º VI de reg.º de cons. e dec. do sr. Rei D. João V, do sen. Occi., fs. 272, ap. Eduardo Freire de Oliveira, op. cit., tomo XIV, pp.104-8.
- ⁴⁷ «...disse ao Vereador Jorge Freire d'Andrade e ao Procurador da Cidade Claudio Gorgel do Amaral que esta função se havia de fazer na mesma forma que se fizera quando a rainha, D. Maria Isabel de Saboya [havia chegado a Lisboa]...», ap. Eduardo Freire de Oliveira, op. cit.
- ⁴⁸ Fronteira, que nos inícios da segunda metade do séc. XVII, fazia ainda da cerca do Convento dos Caetanos e a Quinta dos Condes de Soure lugares semi-urbanos, definindo-se como núcleos excêntricos em relação á cidade.
- ⁴⁹ Veja-se Frei Nicolau de Oliveira, *Livro das Grandezas de Lisboa*, [fac-simile da sua 1ª edição de 1620], Lisboa, 1991, pp. 599-600
- ⁵⁰ Veja-se o *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, Lisboa, 1988, pp.37-8
- ⁵¹ Consulte-se o *Panorama de Lisboa no ano de 1796 por J.B.F. Carrère*, Lisboa, 1989, pp. 50-1
- ⁵² Schulz, Christian Norberg -, *Architecture Baroque*, Galimard / Electa, Milano, 1992

Apêndice Documental

Lugares destinados para os arcos¹ triumphaes²:

- 1 «A' Cruz da Esperança a nação ingleza [4.920\$000 reis]³;
- 2 «Ao poço dos Negros os moedeiros [2.180\$000 reis]⁴;
- 3 «Ao pé da rua das Galvotas correiros, selleiros, surradores e curtidores [780\$000 reis]⁵;
- 4 «Ao Poço Novo, bandeira de S. Miguel [confeyteiros - 724\$000 reis]⁶;
- 5 «Ao cunhal dos Paulistas bandeira dos tesoadores, carpinteiros de coches, salteiros agregados e vidraceiros [998\$000 reis]⁷;
- 6 «ao Monteiro-mór a nação holandeza [3.300\$000 reis]⁸;
- 7 «Ao Calhariz bandeira dos sapateiros [998\$000 reis]⁹;
- 8 «Ao conde de S. Thiago esparteiros, cordoeiros, albardeiros e oleiros;
- 9 «Ao largo do Loreto a nação italiana [3.810\$000 reis]¹⁰;
- 10 «Ao pé da rua da Ametade pintores e cabeleireiros [768\$000]¹¹;
- 11 «Ao topo do Chiado bandeira dos tecelões e odreiros e brunidores [442\$000]¹²;
- 12 «Ao largo do Chiado tanoeiros, entalhadores e escultores [622\$000 reis]¹³;
- 13 «Ao largo do Espirito Santo os homens de negocio [1.850\$000 reis]¹⁴;
- 14 «Ao pé da Boa-Hora bandeira dos cerieiros, vestimenteiros e bordadores;
- 15 «A' entrada da Rua Nova de Almada bandeira de S. José [1.230.000\$00 reis]¹⁵;
- 16 «A Moeda Velha [«ao *Secretário de Est.º*»]¹⁶ os ourives do ouro [1.224\$000 reis]¹⁷;
- 17 «A' Rua [da Conceição] Nova, ao Arco dos Pregos Alemães [4.860\$000 reis]¹⁸
- 18 «Armar-se o chafariz dos cavallos os atafoneiros e almocreves;
- 19 «Adiante da igreja da Conceição mercadores[3.390\$000]¹⁹;
- 20 «Aos livreiros os ourives da prata [997\$000 reis]²⁰;
- 21 «No largo do Pelourinho mercadores de vinhos e fanqueiros [1.350\$000]²¹;
- 22 «A' rua do Principe bandeira dos alfaiates e armadores [740\$000]²²;
- 23 «A' entrada do

Terreiro do Paço	bandeira de S. Jorge, excepto os selleiros [1.327\$000] ²³ ;
24 «Adiante do Açougue [Terreiro do Paço]	nação franceza ²⁴
«Lista dos officiaes chamados por ordem dos senados, para serem «olheiros das armações das ruas por onde ha de passar a prin«ceza, nossa senhora: ²⁵	
«Esperança	Francisco Lopes, cabelleireiro, Ambrozio Jorge, confeiteiro;
«Poço dos Negros Rua das Galvotas	João de Figueredo, sombreiro Antonio Duarte sapateiro; Salvador Gonçalves, confeiteiro, Antonio ribeiro, barbeiro;
«Poço Novo	Jorge Mendes carpinteiro de coches, José Gomes, alfaiate ;
« Aos Paulistas	Pedro Rodrigues, barbeiro, Antonio de Andrade, ferrador;
«Ao Monteiro-mór	Caetano Martins, confeiteiro, Jose Luiz, barbeiro ;
«Ao Calhariz	João Baptista, barbeiro de espada, manuel Pinheiro, corrieiro
«Ao conde de S. Thiago,	António Alvares, cerieiro, Manuel da Cruz, cerireiro;
«Ao largo do Loreto	Domingos Pereira, mercador de mercearia, Antonio Correia, boticario;
«Ao pé da rua da Ametade	Antonio Meirinho, tintureiro, Manuel Nunes, vidraceiro;
«Ao topo do Chiado	Bento Rodrigues, picheleiro, Manuel da Silva, sapateiro;
«Ao largo do Chiado	José da Silva, sapateiro, José Montez, sapateiro;
«Ao largo do Espirito Santo	Manuel Pereira, conteiro, Francisco Baptista, conteiro;
«Ao pé da Boa-Hora	Alexandre Pereira, Manuel de Oliveira, violeiro;
«A' entrada da rua da Calçetaria	Antonio Garcia, algibebe, Domingos Gomes, algibebe;
«A' Moeda Velha	Domingos Bernardes, algibebe, José da Silva, algibebe;
«Arco dos Pregos	Luiz Antunes, sirgueiro de chapéos, Alexandre Gomes, do mesmo officio;
«Adiante da Conceição	Manuel Dias Duarte, mercador, Paschoal Luiz, sirgueiro de agulha ;
«Aos livreiros	Antonio Rodrigues Henriques, livreiro, Pedro Villela;

- «Rua do Príncipe João Gomes, algibebe, José Vicente, algibebe;
 «Entrada do Terreiro do Paço Pedro Carvalho, agulheiro, Manuel Baptista,
 lavrante de prata
 «Diante do Açougue Antonio esteves, lavrante de prata ; Antonio esteves,
 barbeiro,
 Luiz Freire, barbeiro.

Nota Profissões referenciadas na presente relação:

Alfaiate, Algibebe, Agulheiro, Barbeiro, Barbeiro de espada, Boticário, Cabeleireiro, Carpinteiro de coches, Cerieiro, Confeiteiro, Conteiro, Corrieiro, Ferrador, Livreiro, Lavrante de prata, Mercador, Mercador de mercearia, Sapateiro, Sirgueiro de Agulha, Sirgueiro de Chapéus, Vidraceiro.

Decreto de 8 de fevereiro de 1729 ²⁶

*«Fui servido resolver que na noite do dia em que fizer
 «entrada publica na cidade de Lisboa occidental com a prin-
 «ceza, minha nora, e nas duas seguintes, haja luminarias. O
 «senado da camara de Lisboa oriental o tenha assim enten-
 «dido, e n'esta conformidade o fará executar, pela parte que
 «lhe toca. – Evora, etc.»*

10 de fevereiro de 1729 – carta do ofocial maior da secretaria de estado Lourenço Gomes d'Araujo ao escrivão do senado da camara²⁷

*«Remetto a v. m.cê a forma do acompanhamento para a
 «entrada de princeza, nossa senhora , e as varas do senado,
 «que hão de vir n'elle, devem estar á porta do conde de
 «Villa Nova, para se incorporarem no acompanhamento que
 «ha de vir de Belem, no logar que no dito formulario lhe
 «toca, advertindo que todos hão de vir a cavallo, bem ajae-
 «zados, e de gala, e que nenhum ha de montar em bestta
 «muar ; e, como o secretario de estado avisou já ao senado
 «para estar junto da Esperança, aonde se ha de fazer a fala,*

«e como hão de vir para o paço para pegar nas varas do
«pallio, não tenho que advertir n'esta materia: o que participo
«a v. m.cê para que seja presente no senado.- Paço, etc.»

«Forma do Acompanhamento para a entrada que há
«de fazer a princeza. Nossa Senhora. No dia de
«sabbado, 1 do corrente²⁸
«Em primeiro logar hão de ir dois procuradores da
«cidade;
«Em segundo logar os ministros de vara, do provimento
«dos senados, que são: juizes do cível, do crime e orphãos e
«juiz das propriedades, indo de dois em dois;
«Em terceiro logar os porteiros das maçãs;
«Em quarto logar os ministros de vara, do provimento de
«S. Magestade, que são: corregedores do cível da cidade,
«corregedores do crime, juiz da Índia e Mina e ouvidor da
«alfandega, indo de dois em dois ;
«Em quinto logar os reis d'armas arautos e passavantes ;
«Em sexto os dois corregedores do crime da côrte.
«E que tudo ha de estar junto ás casas do conde de Villa
«Nova, pelas 11 horas da manhã, para virem no acompa-
«nhamento.»

11 de fevereiro de 1729 – Carta do official maior da secretaria do estado
Lourenço Gomes d'Araujo ao escrivão do senado da camara²⁹

«sem embargo de que hontem remeti a v. m.cê a ordem
«em que se devia fazer a entrada publica, agora recebo ou-
«tra em que se altera o logar em que hão de ir os porteiros
«da cana e maçãs, a qual remetto a v. m.cê, para que, na
«conformidade d'ella, o façam executar os senados.»

**Ordem que ha de ter a entrada de S. Magestade desde a Esperança até
ao Paço³⁰:**

«Os dois procuradores do senado;
 «Os ministros em que o mesmo senado tem jurisdição;
 «Os corregedores do crime e cível e mais justiças;
 « Os porteiros de cana, em que entram seis com maças;
 «Os reis d'armas, arautos e passavantes com cotas e armas
 «e cadeias de ouro;
 «Todos os côches dos títulos e nobreza, sem preferência.»

13 de Fevereiro de 1729 – Carta do secretario de estado Diogo de Mendonça Côrte Real ao escrivão do senado da camara³¹

« S. Magestade é servido que os tribunaes subam ámanhã,
 «pelas 10 horas da manhã, sem precedencias, a beijar a
 «mão à rainha, nossa senhora, e príncipe e princeza, que
 «Deus guarde: de que faça v. m.cê este aviso, para que, fa-
 «zendo-o presente nos senados, o executem n'esta conformidade.»

Ordem que ha de Ter a entrada de S. Magestade desde a Esperança até ao Paço:³²

«Os dois procuradores do senado;
 «Os ministros em que o mesmo senado tem jurisdição;
 «Os corregedores do crime e cível e mais justiças;
 « Os porteiros de cana, em que entram seis com maças;
 «Os reis d'armas, arautos e passavantes com cotas e armas
 «e cadeiras de ouro;
 «Todos os côches dos títulos e nobreza, sem preferência.»

Notas do apêndice documental

NOTAS

- ¹ Não deixa de ser curiosa a omissão que tanto a relação do Marquês de Manresa, como a presente, fazem em relação ao arco castelhano (ou de Castela), que ficava situado no Largo da Sé, segundo a descrição dos cronistas da época.
- ² Liv.º VII de cons. e dec. d'el-rei D. João V, do sen. occi., fs. 29, ap. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos Para a Historia do Município de Lisboa*, Tomo XII, Lisboa, 1887, p. 213
- ³ Relação do Marquês de Manresa, ap. J. M. dos Santos Simões, op. cit. p.22. Foi o arco que teve o orçamento mais caro de todos, a que não será alheio o facto de estar no local que formaliza a entrada publica dos monarcas na cidade
- ⁴ Idem, p. 23
- ⁵ idem, ibidem
- ⁶ idem, ibidem, . A sua invocação a S. Miguel dever-se-ia ao facto de este ser possivelmente o patrono dos confeitores.
- ⁷ J. M. dos Santos Simões, identifica aos Paulistas o arco dos sapateiros, designação que aparece na presente relação referenciada no arco ao Calhariz .
- ⁸ Idem, ibidem
- ⁹ Idem, ibidem.
- ¹⁰ Idem, ibidem
- ¹¹ Idem, ibidem, omitido no painel
- ¹² Idem, ibidem, omitido no painel, foi o arco que teve o orçamento mais baixo de todos.
- ¹³ Idem, ibidem
- ¹⁴ Idem, p. 28
- ¹⁵ Idem, ibidem. Santos Simões atribui S. José como sendo o patrono dos artifices de carpintaria, cujo arco ficava no adro da Boa Hora, «sendo um dos um dos mais belos e bem construídos» sic.. A presente relação remete o arco dos carpinteiros para o Cunhal dos Paulistas.
- ¹⁶ Idem, ibidem. Denominação possivelmente encontrada na Relação do Marquês de Manresa.
- ¹⁷ Idem, ibidem
- ¹⁸ Idem, ibidem
- ¹⁹ Idem ibidem. Santos Simões dá-nos o seu local como sendo ao Arco dos Pregos
- ²⁰ Idem, p. 44
- ²¹ Idem, ibidem
- ²² J.M. Santos Simões apresenta o arco dos alfaiates «às convertidas», não correspondendo ao local referenciado na presente relação.
- ²³ Idem, p. 44
- ²⁴ Idem, ibidem, Simões Santos não nos dá o orçamento respeitante a este arco
- ²⁵ Liv.º VII de cons. e dec. d'el-rei D. João V, do sen. occi., fs. 30, ap. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos Para a Historia do Município de Lisboa*, Tomo XII, Lisboa, 1887, p. 214
- ²⁶ Liv.º IX de cons. e dec. d'el-rei D. João V, do sen. ori., fs. 62 e 63 ap. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos Para a Historia do Município de Lisboa*, Tomo XII, Lisboa, 1887, pp. 217²⁶
- ²⁷ Liv.º VII de cons. e dec. d'el-rei D. João V, do sen. oci.; fs. 27, ap. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos Para a Historia do Município de Lisboa*, Tomo XII, Lisboa, 1887, pp. 217

-
- ²⁸ Liv.^o VII de cons. e dec. d'el-rei D. João V, do sen. occi., fs. 26 , ap. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos Para a Historia do Município de Lisboa*, Tomo XII, Lisboa, 1887, pp. 218
- ²⁹ Liv.^o VII de cons. e dec. d'el-rei D. João V, do sen. occi., fs. 27 ap. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos Para a Historia do Município de Lisboa*, Tomo XII, Lisboa, 1887, pp. 218
- ³⁰ Liv.^o VII de cons. e dec. d'el rei D. João V, do sen. occi, fs. 28 ap. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos Para a Historia do Município de Lisboa*, Tomo XII, Lisboa, 1887, pp. 218
- ³¹ Liv.^o V de cons. e dec. d'el rei D. João V do sen. occi., fs. 161 ap. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos Para a Historia do Município de Lisboa*, Tomo XII, Lisboa, 1887, pp. 218
- ³² Liv.^o VII de cons. e dec. d'el rei D. João V, do sen. occi, fs. 28 , ap. Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos Para a Historia do Município de Lisboa*, Tomo XII, Lisboa, 1887, pp. 218